

DE ACORDO COM O EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026 – EDITAL 02



TAUBATÉ-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ - SÃO PAULO

GUARDA CIVIL MUNICIPAL 3ª CLASSE

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico Aplicado à Matemática
- ▶ Noções de Informática e Governo Digital
- ▶ Noções de Administração Pública, Ética, Cidadania, Hierarquia e Disciplina
- ▶ Conhecimentos Específicos: Segurança Pública Municipal, Legislação Aplicada à Guarda Civil Municipal e Atuação Preventiva

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





TAUBATÉ-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ - SÃO PAULO

GUARDA CIVIL MUNICIPAL 3ª CLASSE

**CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026 – EDITAL
02**

**CÓD: OP-125JL-26
7908403598861**

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos de diferentes gêneros; Identificação do tema, da finalidade, da ideia central e das informações explícitas e implícitas do texto; Inferência de sentidos. Relações entre partes do texto.....	9
2. Coerência e coesão textual	10
3. Sentido de palavras e expressões no contexto: Sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos.....	11
4. Ortografia oficial	11
5. Acentuação gráfica.....	12
6. Pontuação	14
7. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção	15
8. Flexão nominal e verbal	22
9. Concordância nominal e verbal	24
10. Regência nominal e verbal.....	26
11. Crase	27
12. Colocação pronominal	27
13. Estrutura e formação de palavras	29
14. Frase, oração e período: Termos essenciais, integrantes e acessórios da oração.....	30
15. Variedades linguísticas e adequação da linguagem à situação comunicativa.....	34

Raciocínio Lógico Aplicado à Matemática

1. Operações com números naturais, inteiros, racionais e reais. Frações, números decimais	45
2. Porcentagem.....	51
3. Razão e proporção	53
4. Regra de três simples.....	55
5. Medidas de comprimento, massa, capacidade, tempo e área	56
6. Sistema monetário brasileiro	58
7. Leitura e interpretação de informações numéricas	62
8. Sequências numéricas e padrões lógicos.....	65
9. Noções de lógica: proposições simples, negação, conectivos, equivalência e implicação.....	67
10. Resolução de situações-problema envolvendo as quatro operações. Problemas envolvendo raciocínio sequencial, comparação, classificação, ordenação e análise de possibilidades	72

Noções de Informática e Governo Digital

1. Conceitos básicos de informática	79
2. Hardware, software, periféricos e dispositivos de entrada e saída	80
3. Sistemas operacionais: área de trabalho, arquivos, pastas, atalhos e organização de documentos	82
4. Editor de textos: criação, edição, formatação, tabelas, impressão e salvamento de documentos.....	85
5. Planilhas eletrônicas: células, linhas, colunas, fórmulas simples, funções básicas, organização e interpretação de dados	88
6. Internet e navegação: sites, links, pesquisas, downloads e segurança na navegação	91
7. Correio eletrônico: envio, recebimento, anexos, organização e boas práticas de comunicação	94

ÍNDICE

8. Armazenamento em nuvem e compartilhamento de arquivos. Ferramentas de colaboração, formulários eletrônicos.....	95
9. Serviços digitais.....	100
10. Noções de Governo Digital e atendimento digital ao cidadão.....	100
11. Segurança da informação: senhas, autenticação, golpes virtuais, engenharia social, proteção de dados e uso responsável dos recursos tecnológicos.....	101
12. Cópias de segurança	106

Noções de Administração Pública, Ética, Cidadania, Hierarquia e Disciplina

1. Administração Pública: princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. .	111
2. Serviço público.....	113
3. Deveres do servidor público e interesse público	116
4. Responsabilidade, assiduidade, pontualidade, urbanidade, zelo, lealdade institucional e eficiência no exercício da função pública; Ética no serviço público	117
5. Conduta funcional e postura profissional	120
6. Relações interpessoais no ambiente de trabalho	124
7. Atendimento ao público e respeito ao cidadão.....	127
8. Cidadania, direitos e deveres individuais e coletivos.....	136
9. Hierarquia e disciplina no serviço público	140
10. Cumprimento de ordens legais; Responsabilidade pelos atos praticados no exercício da função; Sigilo funcional	143
11. Uso adequado de bens, equipamentos e informações públicas.....	146
12. Noções de organização administrativa municipal.....	149

Conhecimentos Específicos: Segurança Pública Municipal, Legislação Aplicada à Guarda Civil Municipal e Atuação Preventiva

1. Conceito, finalidade e organização constitucional.....	157
2. Segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.....	159
3. Papel dos Municípios na segurança pública	161
4. Guarda Civil Municipal: natureza, finalidade, atribuições, princípios de atuação e limites funcionais; Competências gerais e específicas das Guardas Municipais; Proteção de bens, serviços, instalações e próprios públicos municipais.....	164
5. Constituição Federal: segurança pública e guardas municipais.....	166
6. Lei Federal n.º 13.022/2014 — Estatuto Geral das Guardas Municipais	169
7. Lei Federal n.º 13.675/2018 — Sistema Único de Segurança Pública e Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.....	172
8. Vigilância interna e externa dos próprios públicos municipais.....	183
9. Atuação preventiva e comunitária da Guarda Civil Municipal.....	185
10. Preservação da ordem pública local e proteção do patrimônio público.....	188
11. Poder de polícia administrativa municipal: conceito, finalidade, limites e formas de atuação	190
12. Uso legal, proporcional e responsável da autoridade.....	192

ÍNDICE

13. Abordagem, orientação e atendimento ao cidadão	194
14. Mediação de conflitos; Prevenção à violência	196
15. Direitos humanos aplicados à atuação da Guarda Civil Municipal: Dignidade da pessoa humana; Igualdade, respeito à diversidade, proteção de grupos vulneráveis e atendimento humanizado	198
16. Noções de cidadania e convivência social	201
17. Conduta ética na atividade de segurança pública municipal	203
18. Hierarquia, disciplina, responsabilidade funcional e deveres do Guarda Civil Municipal	206
19. Cumprimento de ordens legais	208
20. Iniciativa, firmeza, equilíbrio emocional, urbanidade e responsabilidade na atuação funcional	208
21. Integração da Guarda Civil Municipal com os demais órgãos de segurança pública e defesa social	211
22. Noções de prevenção, patrulhamento preventivo, presença institucional e atuação em espaços públicos	213
23. Noções de atendimento inicial em situações de emergência, preservação de local de ocorrência e comunicação à autoridade competente	216
24. Legislação municipal pertinente à Guarda Civil Municipal, à organização administrativa, ao regime disciplinar, ao estatuto dos servidores e às normas locais de postura, uso de espaços públicos e proteção do patrimônio municipal, quando expressamente indicada no edital	219

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS; IDENTIFICAÇÃO DO TEMA, DA FINALIDADE, DA IDEIA CENTRAL E DAS INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS DO TEXTO; INFERÊNCIA DE SENTIDOS. RELAÇÕES ENTRE PARTES DO TEXTO

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > *Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial* > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.
(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

AMOSTRA

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

COERÊNCIA E COESÃO TEXTUAL

A coerência e a coesão são essenciais na escrita e na interpretação de textos. Ambos se referem à relação adequada entre os componentes do texto, de modo que são independentes entre si. Isso quer dizer que um texto pode estar coeso, porém incoerente, e vice-versa.

Enquanto a coesão tem foco nas questões gramaticais, ou seja, ligação entre palavras, frases e parágrafos, a coerência diz respeito ao conteúdo, isto é, uma sequência lógica entre as ideias.

► Coesão

A coesão textual ocorre, normalmente, por meio do uso de **conectivos** (preposições, conjunções, advérbios). Ela pode ser obtida a partir da **anáfora** (retoma um componente) e da **catáfora** (antecipa um componente).

Confira, então, as principais regras que garantem a coesão textual:

REGRA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
REFERÊNCIA	– Pessoal (uso de pronomes pessoais ou possessivos) – anafórica – Demonstrativa (uso de pronomes demonstrativos e advérbios) – catafórica – Comparativa (uso de comparações por semelhanças)	João e Maria são crianças. <u>Eles</u> são irmãos. Fiz todas as tarefas, exceto <u>esta</u> : colonização africana. Mais um ano <u>igual</u> aos outros...
SUBSTITUIÇÃO	– Substituição de um termo por outro, para evitar repetição	Maria está triste. A <u>menina</u> está cansada de ficar em casa.
ELIPSE	– Omissão de um termo	No quarto, apenas quatro ou cinco convidados. (omissão do verbo “haver”)
CONJUNÇÃO	– Conexão entre duas orações, estabelecendo relação entre elas	Eu queria ir ao cinema, <u>mas</u> estamos de quarentena.
COESÃO LEXICAL	– Utilização de sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos ou palavras que possuem sentido aproximado e pertencente a um mesmo grupo lexical.	A minha <u>casa</u> é clara. Os <u>quartos</u> , a <u>sala</u> e a <u>cozinha</u> têm janelas grandes.

► Coerência

Nesse caso, é importante conferir se a mensagem e a conexão de ideias fazem sentido, e seguem uma linha clara de raciocínio. Existem alguns conceitos básicos que ajudam a garantir a coerência. Veja quais são os principais princípios para um texto coerente:

- **Princípio da não contradição:** não deve haver ideias contraditórias em diferentes partes do texto.
- **Princípio da não tautologia:** a ideia não deve estar redundante, ainda que seja expressa com palavras diferentes.
- **Princípio da relevância:** as ideias devem se relacionar entre si, não sendo fragmentadas nem sem propósito para a argumentação.
- **Princípio da continuidade temática:** é preciso que o assunto tenha um seguimento em relação ao assunto tratado.
- **Princípio da progressão semântica:** inserir informações novas, que sejam ordenadas de maneira adequada em relação à progressão de ideias.

Para atender a todos os princípios, alguns fatores são recomendáveis para garantir a coerência textual, como amplo **conhecimento de mundo**, isto é, a bagagem de informações que adquirimos ao longo da vida; **inferências** acerca do conhecimento de mundo do leitor; e **informatividade**, ou seja, conhecimentos ricos, interessantes e pouco previsíveis.



RACIOCÍNIO LÓGICO APLICADO À MATEMÁTICA

OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS. FRAÇÕES, NÚMEROS DECIMAIS

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

Os números naturais são utilizados para contar e ordenar elementos. Começando do zero e somando uma unidade sucessivamente, formamos um conjunto infinito:

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Em algumas situações, exclui-se o zero do conjunto dos naturais. Esse subconjunto é representado por:

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Esse conjunto é fundamental e está presente em diversas situações do cotidiano, como contar objetos, identificar posições e registrar quantidades.

► Sucessor de um Número Natural

Todo número natural possui um sucessor, ou seja, um número que vem imediatamente depois dele na contagem.

- O sucessor de 0 é 1.
- O sucessor de 19 é 20.
- O sucessor de 1000 é 1001.

► Antecessor de um Número Natural

Todo número natural, exceto o zero, possui um antecessor, ou seja, um número que vem imediatamente antes dele.

- O antecessor de 2 é 1.
- O antecessor de 10 é 9.
- O antecessor de 56 é 55.

► Operações com Números Naturais

▪ **Adição:** A adição é uma operação fechada no conjunto dos números naturais, ou seja, a soma de dois números naturais é sempre um número natural.

Exemplo: $3 + 4 = 7$ (e 7 também é natural)

▪ **Subtração:** A subtração não é uma operação fechada em $\mathbb{N}$, pois o resultado pode não pertencer ao conjunto dos naturais, especialmente quando o subtraendo é maior que o minuendo.

Exemplos:

$7 - 2 = 5 \rightarrow$ pertence aos naturais

$2 - 7 = -5 \rightarrow$ Não pertence aos naturais, pois -5 não é natural

▪ **Multiplicação:** A multiplicação também é fechada em $\mathbb{N}$, ou seja, o produto de dois naturais é sempre um natural.

Exemplo: $4 \times 3 = 12$

▪ **Divisão:** A divisão nem sempre resulta em um número natural, então não é fechada em $\mathbb{N}$.

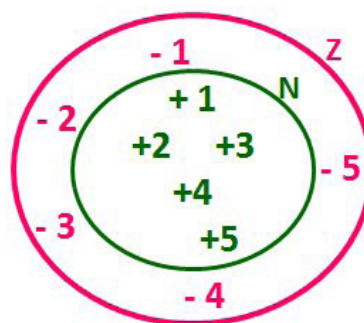
Exemplos:

$6 \div 3 = 2 \rightarrow$ pertence aos naturais

$5 \div 2 = 2,5 \rightarrow$ Não pertence aos naturais, pois 2,5 não é natural

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$ ($\mathbb{N} \subset \mathbb{Z}$); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra $\mathbb{Z}$.



$\mathbb{N} \subset \mathbb{Z}$ ($\mathbb{N}$ está contido em $\mathbb{Z}$)

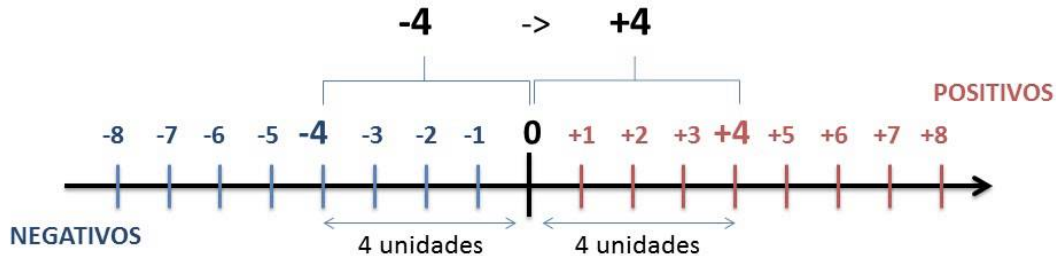
► Subconjuntos

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	$\mathbb{Z}^*$	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	$\mathbb{Z}_+$	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	$\mathbb{Z}^*_+$	Conjunto dos números inteiros positivos
-	$\mathbb{Z}_-$	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	$\mathbb{Z}^*_-$	Conjunto dos números inteiros negativos

AMOSTRA

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

► Operações

- **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (–) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

- **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo: (VUNESP)

Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

$50 - 20 = 30$ atitudes negativas

$20 \cdot 4 = 80$

$30 \cdot (-1) = -30$

$80 - 30 = 50$

Resposta: A

- **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números a e b, pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

- **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.



NOÇÕES DE INFORMÁTICA E GOVERNO DIGITAL

CONCEITOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

► Fundamentos de Informática

▪ **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).

▪ **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.

▪ **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

▪ **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

▪ **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

▪ **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

▪ **Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

► Tipos de computadores

▪ **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

▪ **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.

▪ **Tablets:** são dispositivos portáteis com tela sensível ao toque, menores e mais leves que laptops, projetados principalmente para consumo de conteúdo, como navegação na web, leitura de livros eletrônicos e reprodução de mídia.

▪ **Smartphones:** são dispositivos móveis com capacidades de computação avançadas, incluindo acesso à Internet, aplicativos de produtividade, câmeras de alta resolução, entre outros.

▪ **Servidores:** são computadores projetados para fornecer serviços e recursos a outros computadores em uma rede, como armazenamento de dados, hospedagem de sites, processamento de e-mails, entre outros.

▪ **Mainframes:** são computadores de grande porte projetados para lidar com volumes massivos de dados e processamento de transações em ambientes corporativos e institucionais, como bancos, companhias aéreas e agências governamentais.

▪ **Supercomputadores:** são os computadores mais poderosos e avançados, projetados para lidar com cálculos complexos e intensivos em dados, geralmente usados em pesquisa científica, modelagem climática, simulações e análise de dados.



AMOSTRA

HARDWARE, SOFTWARE, PERIFÉRICOS E DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA

HARDWARE E SOFTWARE

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não está presente apenas em computadores pessoais, mas também em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

Para compreender a informática, é essencial diferenciar dado e informação. Dados são elementos isolados, como números, letras, símbolos ou registros sem interpretação imediata. A informação surge quando esses dados são organizados, processados e analisados dentro de um contexto. Por exemplo, uma lista de notas escolares contém dados; quando o sistema calcula médias, gera relatórios e indica o desempenho dos alunos, esses dados se transformam em informação útil.

► Hardware e software

Partes física e lógica do sistema

Todo sistema computacional depende da integração entre hardware e software. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, aos componentes que podem ser tocados, conectados, substituídos ou reparados. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas, aplicativos e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

A tabela a seguir apresenta uma comparação didática entre esses dois elementos fundamentais.

Aspecto	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visto fisicamente	Existe como instruções, códigos e programas
Função	Executar operações físicas e permitir interação	Controlar, organizar e orientar o hardware
Exemplos	Monitor, teclado, mouse, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus e aplicativos

Problemas comuns

Quebra, superaquecimento, mau contato ou desgaste

Travamentos, vírus, incompatibilidade ou erro de atualização

Funcionamento integrado

Hardware e software são complementares. Um computador sem software é apenas um conjunto de peças sem orientação funcional. Da mesma forma, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado. Assim, o funcionamento do computador depende da ação conjunta entre componentes materiais e instruções lógicas.

HARDWARE: COMPONENTES FÍSICOS DO COMPUTADOR

► Conceito de hardware

Estrutura material do sistema computacional

Hardware é o conjunto de componentes físicos que formam um computador ou dispositivo digital. Ele inclui peças internas, periféricos, placas, cabos, conectores, unidades de armazenamento e equipamentos de comunicação. Diferentemente do software, que corresponde aos programas e instruções, o hardware representa a parte material do sistema, ou seja, aquilo que possui existência física e pode ser instalado, removido, substituído ou reparado.

O hardware é responsável por executar fisicamente as operações solicitadas pelo software. Quando o usuário abre um programa, digita um texto, move o mouse ou imprime um documento, diversos componentes físicos trabalham em conjunto para transformar comandos em resultados visíveis.

► Principais grupos de hardware

Classificação conforme a função

A tabela a seguir organiza os principais grupos de hardware, relacionando cada grupo à sua função no funcionamento do computador.

Grupo de hardware	Função principal	Exemplos
Processamento	Executa instruções, cálculos e operações lógicas	Processador e placa de vídeo
Memória	Mantém dados temporários ou instruções essenciais	RAM, ROM e memória cache
Armazenamento	Guarda arquivos, programas e sistema operacional	HD, SSD, pen drive e cartão de memória
Entrada	Permite inserir dados e comandos no computador	Teclado, mouse, scanner, microfone e câmera

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ÉTICA, CIDADANIA, HIERARQUIA E DISCIPLINA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Conceito

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

Já em sentido estrito, a Administração Pública se subdivide em órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos que praticam funções administrativas em sentido subjetivo, sendo subdividida também na atividade exercida por esses entes em sentido objetivo.

Em suma, temos:

SENTIDO SUBJETIVO	Sentido amplo {órgãos governamentais e órgãos administrativos}.
SENTIDO SUBJETIVO	Sentido estrito {pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido amplo {função política e administrativa}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido estrito {atividade exercida por esses entes}.

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

a. Fomento: É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.

b. Polícia administrativa: É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.

c. Serviço público: resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.

A finalidade de todas essas funções é executar as políticas de governo e desempenhar a função administrativa em favor do interesse público, dentre outros atributos essenciais ao bom andamento da Administração Pública como um todo com o incentivo das atividades privadas de interesse social, visando sempre o interesse público.

A Administração Pública também possui elementos que a compõe, são eles: as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por delegação, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa estatal.

Observação importante:

Pessoas jurídicas de direito público são entidades estatais acopladas ao **Estado**, exercendo finalidades de interesse imediato da coletividade. Em se tratando do direito público externo, possuem a personalidade jurídica de direito público cometida à diversas nações estrangeiras, como à Santa Sé, bem como a organismos internacionais como a ONU, OEA, UNESCO.(art. 42 do CC).

No direito público interno encontra-se, no âmbito da administração direta, que cuida-se da Nação brasileira: União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios (art. 41, incs. I, II e III, do CC).

No âmbito do direito público interno encontram-se, no campo da administração indireta, as autarquias e associações públicas (art. 41, inc. IV, do CC). Posto que as associações públicas, pessoas jurídicas de direito público interno dispostas no inc. IV do art. 41 do CC, pela Lei n.º 11.107/2005,7 foram sancionadas para auxiliar ao consórcio público a ser firmado entre entes públicos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal).

Princípios da administração pública

De acordo com o administrativista Alexandre Mazza (2017), princípios são regras condensadoras dos valores fundamentais de um sistema. Sua função é informar e materializar o ordenamento jurídico bem como o modo de atuação dos aplicadores e intérpretes do direito, sendo que a atribuição de informar decorre do fato de que os princípios possuem um núcleo de valor

AMOSTRA

essencial da ordem jurídica, ao passo que a atribuição de formar é denotada pelos contornos que conferem à determinada seara jurídica.

Desta forma, o administrativista atribui dupla aplicabilidade aos princípios da **função hermenêutica** e da **função integrativa**.

Referente à função hermenêutica, os princípios são amplamente responsáveis por explicitar o conteúdo dos demais parâmetros legais, isso se os mesmos se apresentarem obscuros no ato de tutela dos casos concretos. Por meio da função integrativa, por sua vez, os princípios cumprem a tarefa de suprir eventuais lacunas legais observadas em matérias específicas ou diante das particularidades que permeiam a aplicação das normas aos casos existentes.

Os princípios colocam em prática as funções hermenêuticas e integrativas, bem como cumprem o papel de esboçar os dispositivos legais disseminados que compõem a seara do Direito Administrativo, dando-lhe unicidade e coerência.

Além disso, os princípios do Direito Administrativo podem ser expressos e positivados escritos na lei, ou ainda, implícitos, não positivados e não escritos na lei de forma expressa.

Observação importante:

Não existe hierarquia entre os princípios expressos e implícitos. Comprova tal afirmação, o fato de que os dois princípios que dão forma ao **Regime Jurídico Administrativo**, são meramente implícitos.

Regime Jurídico Administrativo: é composto por todos os princípios e demais dispositivos legais que formam o Direito Administrativo. As diretrizes desse regime são lançadas por dois princípios centrais, ou supraprincípios que são a Supremacia do Interesse Público e a Indisponibilidade do Interesse Público.

Supremacia do Interesse Público	Conclama a necessidade da sobreposição dos interesses da coletividade sobre os individuais.
Indisponibilidade do Interesse Público	Sua principal função é orientar a atuação dos agentes públicos para que atuem em nome e em prol dos interesses da Administração Pública.

Ademais, tendo o agente público usufruído das prerrogativas de atuação conferidas pela supremacia do interesse público, a indisponibilidade do interesse público, com o fito de impedir que tais prerrogativas sejam utilizadas para a consecução de interesses privados, termina por colocar limitações aos agentes públicos no campo de sua atuação, como por exemplo, a necessidade de aprovação em concurso público para o provimento dos cargos públicos.

► Princípios Administrativos

Nos parâmetros do art. 37, *caput* da Constituição Federal, a Administração Pública deverá obedecer aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos:

▪ **Princípio da Legalidade:** Esse princípio no Direito Administrativo, apresenta um significado diverso do que apresenta no Direito Privado. No Direito Privado, toda e qualquer conduta do indivíduo que não esteja proibida em lei e que não esteja contrária à lei, é considerada legal. O termo legalidade para o Direito Administrativo, significa subordinação à lei, o que faz com que o administrador deva atuar somente no instante e da forma que a lei permitir.

Observação importante: O princípio da legalidade considera a lei em sentido amplo. Nesse diapasão, compreende-se como lei, toda e qualquer espécie normativa expressamente disposta pelo art. 59 da Constituição Federal.

▪ **Princípio da Impessoalidade:** Deve ser analisado sob duas óticas:

a) Sob a ótica da atuação da Administração Pública em relação aos administrados: Em sua atuação, deve o administrador pautar na não discriminação e na não concessão de privilégios àqueles que o ato atingirá. Sua atuação deverá estar baseada na neutralidade e na objetividade.

b) Em relação à sua própria atuação, administrador deve executar atos de forma impessoal, como dispõe e exige o parágrafo primeiro do art. 37 da CF/88 ao afirmar que: “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

▪ **Princípio da Moralidade:** Dispõe que a atuação administrativa deve ser totalmente pautada nos princípios da ética, honestidade, probidade e boa-fé. Esse princípio está conexo à não corrupção na Administração Pública.

O princípio da moralidade exige que o administrador tenha conduta pautada de acordo com a ética, com o bom senso, bons costumes e com a honestidade. O ato administrativo terá que obedecer à Lei, bem como a ética da própria instituição em que o agente atua. Entretanto, não é suficiente que o ato seja praticado apenas nos parâmetros da Lei, devendo, ainda, obedecer à moralidade.

▪ **Princípio da Publicidade:** Trata-se de um mecanismo de controle dos atos administrativos por meio da sociedade. A publicidade está associada à prestação de satisfação e informação da atuação pública aos administrados. Via de regra é que a atuação da Administração seja pública, tornando assim, possível o controle da sociedade sobre os seus atos.

Ocorre que, no entanto, o princípio em estudo não é absoluto. Isso ocorre pelo fato deste acabar por admitir exceções previstas em lei. Assim, em situações nas quais, por exemplo, devam ser preservadas a segurança nacional, relevante interesse coletivo e intimidade, honra e vida privada, o princípio da publicidade deverá ser afastado.

Sendo a publicidade requisito de eficácia dos atos administrativos que se voltam para a sociedade, pondera-se que os mesmos não poderão produzir efeitos enquanto não forem publicados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL, LEGISLAÇÃO APLICADA À GUARDA CIVIL

CONCEITO, FINALIDADE E ORGANIZAÇÃO CONSTITUCIONAL

A segurança pública é a atividade estatal destinada à preservação da ordem pública, à proteção das pessoas e à defesa do patrimônio. Sua atuação não se limita à resposta a crimes já ocorridos. Também envolve prevenção, redução de riscos, presença institucional, planejamento, integração entre órgãos e proteção de espaços de convivência coletiva.

No Estado Democrático de Direito, a segurança deve ser exercida com respeito à legalidade, à dignidade humana, à igualdade e aos direitos fundamentais. A proteção da sociedade não autoriza arbitrariedades, discriminações ou intervenções desproporcionais. O poder público deve agir de forma necessária, adequada e controlável.

Dever estatal, direito social e responsabilidade coletiva

A segurança pública é dever do Estado porque depende de instituições organizadas, profissionais capacitados, recursos, planejamento e políticas permanentes. É direito de todos porque cada pessoa deve receber proteção contra ameaças, violências e riscos indevidos. Também é responsabilidade de todos porque a convivência segura exige respeito às normas, participação comunitária e comunicação de situações de risco.

Essa responsabilidade coletiva não transfere ao cidadão as funções dos órgãos públicos. Ela indica que a prevenção da violência depende da cooperação social e da preservação dos espaços comuns.

► Organização constitucional

Distribuição de competências

A segurança pública é organizada de acordo com a estrutura federativa. União, Estados, Distrito Federal e Municípios possuem responsabilidades próprias e devem cooperar entre si. Cada órgão atua dentro de competências específicas, evitando sobreposição indevida e conflito institucional.

A organização geral pode ser compreendida da seguinte forma:

- Os órgãos federais atuam em matérias de interesse nacional, interestadual ou internacional.
- Os Estados organizam as polícias civis, militares, penais e os corpos de bombeiros militares.
- O Distrito Federal reúne competências equivalentes às estaduais e municipais.
- Os Municípios atuam na segurança urbana, na proteção local e na organização de suas guardas.

Posição dos Municípios

O Município é o ente mais próximo da população e administra escolas, unidades de saúde, praças, parques, terminais, vias e diversos serviços públicos. Por essa razão, participa da prevenção da violência e da proteção dos ambientes urbanos.

A Guarda Civil Municipal é um dos instrumentos dessa atuação. Sua existência depende de criação por lei municipal e sua função deve permanecer vinculada à proteção preventiva, à segurança urbana e ao interesse público local.

CONCEITO E FINALIDADE DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

► Natureza institucional

Instituição civil e municipal

A Guarda Civil Municipal é uma instituição pública de caráter civil, organizada e mantida pelo Município. Sua criação é facultativa e depende de lei local, planejamento administrativo, disponibilidade financeira e definição clara de competências.

O caráter civil não significa ausência de hierarquia, disciplina ou organização. A corporação pode possuir comando, carreira, protocolos operacionais e regras disciplinares, desde que sua estrutura respeite a natureza civil e os princípios da Administração Pública.

Os agentes atuam em nome do Município e não em interesse próprio. Suas ações devem estar relacionadas às atribuições legais, à proteção da coletividade e à finalidade pública.

► Finalidade constitucional

Proteção de bens, serviços e instalações

A Guarda Municipal tem como finalidade proteger bens, serviços e instalações do Município. Essa proteção não deve ser compreendida apenas como vigilância de prédios ou defesa de objetos materiais. A proteção alcança o funcionamento dos serviços e a segurança das pessoas que utilizam os espaços municipais.

Uma escola municipal, por exemplo, não é apenas um edifício. É um ambiente frequentado por estudantes, profissionais e famílias. Proteger a escola significa preservar sua estrutura, prevenir riscos e contribuir para que o serviço educacional funcione com segurança.

A mesma lógica vale para unidades de saúde, praças, parques, terminais, prédios administrativos e demais equipamentos públicos.

AMOSTRA

► **Atuação preventiva e comunitária****Prevenção de riscos e conflitos**

A prevenção é elemento central da atuação da Guarda. Ela ocorre por meio do patrulhamento, da presença visível, da identificação de riscos, da orientação da população e da atuação antecipada diante de situações que possam evoluir para violência ou dano.

A atuação comunitária aproxima a instituição da população e melhora a compreensão dos problemas locais. Essa proximidade deve ser profissional, impessoal e voltada ao interesse coletivo.

As principais finalidades institucionais podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- Proteger o patrimônio, os serviços e os espaços municipais.
- Preservar a segurança dos usuários e dos servidores públicos.
- Prevenir infrações e reduzir riscos no território municipal.
- Atuar de forma comunitária, orientadora e mediadora.
- Cooperar com outros órgãos em ações integradas.

Mediação e cultura de paz

A Guarda pode atuar na redução de tensões e na mediação de conflitos quando a situação permitir. O objetivo é evitar o agravamento do problema, preservar a integridade das pessoas e encaminhar corretamente a demanda.

Entretanto, situações de violência, ameaça grave ou infração em andamento podem exigir contenção, proteção da vítima e encaminhamento à autoridade competente.

ORGANIZAÇÃO JURÍDICA E INSTITUCIONAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL► **Criação e estrutura****Instituição por lei municipal**

A Guarda Civil Municipal deve ser criada por lei do próprio Município. Essa lei deve estabelecer sua vinculação administrativa, competências, cargos, forma de ingresso, estrutura de comando, deveres, direitos e mecanismos de controle.

A criação da corporação exige mais do que autorização formal. O Município precisa planejar instalações, equipamentos, orçamento, formação profissional, protocolos operacionais e integração com outras instituições. Sem essa estrutura, a Guarda pode existir juridicamente, mas funcionar de modo precário.

Autonomia municipal e limites jurídicos

O Município possui autonomia para organizar sua Guarda conforme as necessidades locais. Pode definir unidades especializadas, turnos, áreas prioritárias, progressão funcional e procedimentos internos. Entretanto, não pode atribuir à corporação funções exclusivas de outros órgãos nem afastar princípios obrigatórios de atuação.

► **Princípios institucionais****Direitos humanos, preservação da vida e proporcionalidade**

A atuação da Guarda deve proteger a dignidade humana, os direitos fundamentais e a integridade das pessoas. Esses valores orientam abordagens, patrulhamento, mediação de conflitos e uso da força.

A força somente pode ser utilizada quando necessária, em intensidade proporcional ao risco e pelo tempo indispensável ao controle da situação. O objetivo deve ser interromper a ameaça com o menor dano possível.

Os princípios essenciais da atuação institucional incluem:

- Proteção dos direitos e das liberdades fundamentais.
- Preservação da vida e redução de danos.
- Patrulhamento preventivo e comunitário.
- Uso necessário, progressivo e proporcional da força.
- Atuação imparcial, profissional e não discriminatória.

► **Carreira, formação e disciplina****Ingresso e capacitação**

O ingresso na carreira ocorre por concurso público. A formação inicial deve preparar o agente para a realidade municipal, incluindo legislação, direitos humanos, técnicas operacionais, mediação, atendimento ao público, primeiros socorros e segurança da informação.

A capacitação continuada é indispensável porque a atividade de segurança exige atualização permanente. Mudanças sociais, tecnológicas e institucionais afetam os métodos de trabalho e os riscos enfrentados.

Hierarquia e responsabilidade

A hierarquia organiza o comando e distribui responsabilidades. Ela não autoriza abuso, humilhação ou ordem ilegal. A chefia deve emitir determinações claras e legítimas, enquanto o agente deve cumprir ordens regulares e recusar determinações manifestamente ilegais.

Corregedoria, ouvidoria, controle interno e participação social contribuem para prevenir irregularidades, apurar condutas e fortalecer a confiança da população.

COMPETÊNCIAS, LIMITES E APLICAÇÃO PRÁTICA► **Competências da Guarda Civil Municipal****Proteção preventiva e segurança urbana**

A Guarda Civil Municipal pode realizar patrulhamento preventivo, proteger espaços e serviços municipais, atuar na segurança urbana e intervir diante de riscos concretos. Sua presença não precisa ficar restrita ao interior de prédios públicos, pois a proteção dos serviços e da população exige atenção ao território municipal.

A corporação também pode colaborar em ações de trânsito, defesa civil, proteção ambiental e segurança escolar, desde que exista competência legal, capacitação e integração com os setores responsáveis.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

